

Base Curricular: as perguntas que não foram feitas

João Batista Araujo e Oliveira

Presidente do Instituto Alfa e Beto

19 de fevereiro de 2016

Esta lista inicial de perguntas foi elaborada a pedido do Senador Fernando Bezerra para servir de insumo para o debate a ser realizado sobre a Base Curricular na Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal em 24 de fevereiro de 2016.

As perguntas ao governo podem ser resumidas em três:

- Por que o MEC não seguiu a tradição e formas de elaborar currículos usadas nos países com maior experiência e desempenho escolar?
- Por que o MEC acredita que é possível fazer um currículo em tão pouco tempo, apesar da natureza controversa e complexa dessa atividade?
- Por que o MEC não promoveu e resiste em promover, nas várias etapas que um processo dessa natureza exige, um debate sobre os diferentes aspectos do tema para promover o contraditório, limitando-se a um mecanismo de mão única sob a forma de “consultas pública”?

E há uma pergunta para a comunidade acadêmica, para as elites intelectuais e empresariais, para as associações científicas e para a imprensa: por que, salvo vozes isoladas, ninguém incentivou ou cobrou esse debate? Ou investigou essas questões?

1. Orientações iniciais para a elaboração do currículo (1):

- a. Houve?
- b. Quais foram?
- c. Quem as redigiu?
- d. Quando foram elaboradas?

Instituto Alfa e Beto

SCS Qd 04 Bloco A N°209 Sala 302, Ed. Mineiro

Asa Sul, Brasília-DF. CEP 70304-911

www.alfabeto.org.br | Telefone: (61) 3323-5418 / Admin. (34) 3212-1314

- e. São de domínio público? Como e onde podem ser obtidas?

2. Ainda sobre orientações iniciais (2): os 60 e os 40%

- a. O que significa o indicador de 60% comum e 40% local? A que se referem esses 40%? Seriam referentes a mais conteúdo para as mesmas disciplinas? Para outras disciplinas?
- b. A quem compete decidir a respeito desses 40%? Sistemas de ensino? Redes de ensino? Escolas? Opções dos alunos?
- c. Em que documento se encontra essa definição
- d. Essa orientação foi comunicada aos autores, para balancear o volume de conteúdos?

3. Ainda sobre as orientações iniciais (3): articulação entre os níveis e séries

- a. Se houve, quais foram as orientações a respeito da articulação entre níveis e séries?
- b. Se houve: por que, tendo havido, isso ficou desarticulado nas propostas?
- c. Se não houve: o MEC reconhece que isso significa uma falha grave no processo de encomenda/elaboração de um currículo?

4. Ainda sobre as orientações iniciais (4): escopo

- a. Por que o MEC decidiu elaborar todas as disciplinas de uma só vez?
- b. O MEC avaliou o impacto da falta de experiência, falta de tradição do país e falta de especialistas nessa área?
- c. Ao considerar propostas existentes de redes estaduais como “as melhores práticas”, o MEC considerou que essas melhores práticas estão associadas a sistemas educacionais de baixíssimo desempenho? Por que não considerou melhores práticas de outros países – especialmente os países de maior desempenho? Ou por que não levou em conta a maneira como esses países elaboram currículos?
- d. O MEC estava ciente do risco de nivelar por baixo, ao partir do que temos, e não do estado da arte – do ponto de vista de melhores práticas internacionais?

5. Ainda sobre orientações iniciais (5): Ensino Médio

- a. Por que o MEC decidiu – apesar de tantos estudos, evidências, e das melhores práticas – manter o Ensino Médio acadêmico uniforme e com 13 disciplinas, ao invés de considerar outras opções ou de promover um debate sobre o tema antes de “congelar” o status quo?

6. Se existiram orientações prévias do MEC para os especialistas:

- a. Por que elas não foram discutidas amplamente com especialistas, de forma a suscitar o contraditório e aprimorá-las, ANTES de serem entregues aos autores responsáveis pelo currículo?
- b. Se não existiram, por que isso ocorreu? Isso não caracterizaria um processo indevido?

7. Autores:

- a. Qual foi o critério para escolher os autores da Base?
- b. Em particular, quais experiências ou qualificações específicas foram levadas em conta? Qual o critério para indicação, para entrar na lista? E para rejeição?
- c. Além de especialistas em conteúdo, foram escolhidos especialistas em teoria de currículo? Pessoas com experiência comprovada em elaboração de currículo de cada disciplina? Especialistas capazes de avaliar a relação entre as propostas curriculares e ao nível de desenvolvimento dos alunos? Professores de sala de aula, de alto desempenho, comprovadamente capazes de contribuir para calibrar as especificações curriculares.
- d. Por que o MEC só escolheu 3 dos quase 60 especialistas recomendados pelo Movimento pela Base - a maioria deles pessoas com comprovada experiência ou contribuição na área, diferentemente da equipe escolhida pelo MEC? Quais os critérios para a inclusão de apenas 3 deles, e de exclusão dos demais? A equipe do MEC já teria sido escolhida bem antes de seu anúncio? Como está documentado esse procedimento?

- e. Como depois de mais de 30 anos de combate sistemático à ideia de currículo, especialmente pelos professores das Universidades Públicas, o MEC conseguiu identificar um número tão grande de “especialistas” em elaboração de currículo? A prudência não aconselharia ampliar o leque de escolhas e procurar pessoas que não estivessem contaminadas com essa rejeição?

8. Organização do trabalho:

- a. Como foi a organização dos grupos?
- b. Houve um responsável?
- c. Quando e por qual instrumento legal eles foram escolhidos?
- d. Qual foi o modo de trabalho (seminários? Reuniões presenciais? Conversas pela Internet?)
- e. Quem foi o responsável pela versão final de cada grupo?
- f. Como uma tarefa que normalmente suscita tantas controvérsias e discussões pode ter sido concluída em apenas 60 dias de trabalho? Qual foi efetivamente o prazo das diversas tarefas? Como isso está documentado?

9. Revisão/compilação:

- a. Houve revisão, discussão, compilação, compatibilização ou editoração dos documentos?
- b. Se houve, por quem e quando isso foi feito?
- c. Em que medida isso pode ter mutilado ou distorcido o documento de cada grupo?
- d. Em que medida isso pode ter contribuído para dar consistência ao trabalho dos diferentes grupos? Em que direção teria sido essa consistência – especialmente a orientação ideológica comum a todas as disciplinas?

10. Divulgação:

- a. Por que o MEC divulgou o documento sem apresentar o nome dos autores (não constava nem consta dos documentos) e sem assumir a

- responsabilidade pelo mesmo (conforme constava explicitamente do site inicial com os documentos)?
- b. Esse fato de que não constaria seus nomes no documento final havia sido comunicado previamente no contrato ou entendimento com os autores?
 - c. Como o MEC avalia sua relação com um documento que ele encomendou, mas sobre o qual não assume responsabilidade?

11. Discussão do documento:

- a. A única proposta pública para “discutir” o documento se deu na forma do encaminhamento de sugestões ou críticas ao site do MEC. O que levou o MEC a optar por esse caminho único e unilateral, evitando um debate entre as pessoas que elaboraram o currículo e a sociedade?
- b. Por que algumas reuniões convocadas pelo MEC sobre o tema não foram de livre acesso ao público? Quais e quantas foram essas reuniões? Quem foram os convidados, e quais os critérios para convidá-los? Qual o critério para limitar essas reuniões a um grupo pré-selecionado de pessoas?
- c. Por que o MEC não se sensibilizou com as críticas de princípio e de conteúdo manifestadas por diversos intelectuais a respeito da BASE? Por que não promoveu um debate com essas pessoas e entre elas e os autores da BASE? Qual a razão para evitar o debate público?
- d. O que levou o MEC a decidir consultar até mesmo os professores e o público em geral antes de ter um documento minimamente revisto e consistente?

12. Análise das propostas:

- a. Em que termos o MEC contratou a Universidade de Brasília para realizar a compilação das contribuições? O que o país deve esperar desse trabalho?
- b. Idem, em relação à contratação da PUC/Rio noticiada pela imprensa. Quais são os termos de referência? Qual a qualificação dos especialistas para as tarefas contratadas?
- c. Os resultados desses trabalhos serão dados a conhecer ao público?